

A *flexibilidade* deveria fazer parte integrante da vida pessoal, para conseguir introduzir uma regular avaliação da própria escala de valores, de modo a poder introduzir a possibilidade de *cultivar a diferença, aceitar os limites e investir na criatividade*. A pessoa, fiel à própria medida, deveria manter certa *distância crítica* para poder valorizar a própria vida segundo uma adequada escala de valores, mediante a inteligência esclarecida e avaliativa, pela liberdade selectiva e a vontade capaz de impôr as escolhas adequadas em cada situação do ciclo da vida, tendo em conta a autêntica qualidade de vida pessoal, familiar e social a desenvolver e a assumir criticamente.

8. E há que contar com os *prováveis conflitos* no escalonamento das escolhas a fazer em relação a Deus, a si mesmo e aos outros. Frequentemente a pessoa haverá que enfrentar-se com as opções necessárias para se tornar cada vez mais lúcida, ponderada e livre. As dificuldades poderão surgir no momento de ter de renunciar a valores afectivamente determinantes.

O critério de *sucesso* também deverá ser regularmente reapreciado. Frequentemente haverá que optar pelo máximo valor de se tornar sensatamente livre, aceitando os limites, a diferença e eventualmente a doença. A tentativa ou tentação de *tudo harmonizar* pode incluir uma perigosa ilusão e consequentes frustrações.

9. A *pedagogia sensata* deveria introduzir no conceito de *qualidade de vida*, a consciência esclarecida de que os limites humanos não são essencialmente negatividade. Efectivamente os conceitos de qualidade de vida dependem muito do imaginário e das circunstâncias. Haveria que desenvolver a capacidade de se tornar *realista e acolhedor*, para lucidamente se situar na vida disponível pelo relacionamento sadio, sabendo viver e conviver com a diferença e os limites próprios e alheios. Todos precisamos de ser conhecidos, reconhecidos, estimados e estimulados, de forma adaptada às próprias potencialidades. Saber partilhar solidariamente os sucessos e os fracassos, é fonte de harmonia e paz. O desenvolvimento da atitude de *acolhimento empático*, ultrapassando os preconceitos, levará à tolerância e a descobrir sentido e valor onde, à primeira apreciação, pareceria haver apenas negatividade.

O desenvolvimento da capacidade avaliativa conduzirá à transacção da tensão dialéctica entre o eu e o outro, para o despertar da consciência de que todos precisamos uns dos outros de forma complementar. A educação deveria pois aprofundar o conceito e a vivência de *sentir-se bem consigo mesmo*, procurando viver na *verdade e na solidariedade*, desenvolvendo a autonomia possível e a capacidade de razoavelmente se adaptar às situações que vão surgindo. E será sempre necessário desenvolver a lucidez e a *coragem para renunciar*, para se tornar livre, o que exige progressiva maturidade intelectual, afectiva e social para ultrapassar o egoísmo e tornar-se capaz de seleccionar ou aferir a escala de valores, ultrapassando criticamente os conflitos e os dilemas, tornando-se assim progressivamente *livre e solidário*. Esta atitude conduzirá à sabedoria de harmonizar o estilo de vida, desenvolvendo uma *auto-imagem* positiva e confiante; é tarefa de toda a vida. O estilo de vida, segundo a recta razão e assumindo um projecto de vida realista e sensato, dará o gosto de viver com sentido a vida disponível «dando vida aos anos e anos à vida».

Sínodo especial dos Bispos de 1991 *

Em 22 de Abril de 1990, no famoso mosteiro de Velehrad, onde foi sepultado São Metódio, um dos padroeiros da Europa e grande missionário dos povos Esclavos, o Santo Padre em visita à Morávia, na Checoslováquia, anunciou, pela primeira vez, que se iria realizar um Sínodo Especial dos Bispos para a Europa.

Logo aí o Papa declarou que o Sínodo teria como objectivos:

aprofundar, à luz da fé, o significado dos inesperados acontecimentos processarem-se na Europa Central e de Leste desde 1989, com a queda dos regimes comunistas;
dar graças a Deus pelos bens que daí advinham para a humanidade e para a Igreja;
proporcionar o encontro fraterno e a partilha de testemunho cristão entre os bispos católicos da Europa.

Nos documentos posteriores até à abertura do Sínodo, mais não se fez que explicitar e completar os objectivos sinteticamente formulados pelo Papa em Velehrad.

Finalmente, em 28 de Novembro de 1991 começou o Sínodo Especial para a Europa, em Roma, mais precisamente na basílica de S. Pedro, com uma solene celebração presidida pelo Santo Padre.

Na homilia disse-nos que o Sínodo estava reunido em nome de Cristo, para ouvir o que o Espírito queria dizer às Igrejas da Europa em situação em que não faltavam «sinais dos tempos» anunciadores de novos dias.

E acrescentou: que «o Sínodo consiga motivar os espíritos para uma nova evangelização da Europa».

Decorrem, depois os trabalhos sinodais até 14 de Dezembro, tendo nos primeiros dez dias usado da palavra todos os Padres Sinodais, Delegados Fraternos e Auditores.

De uma forma genérica, estas intervenções foram marcadas pelo seu carácter testemunhal, mais a Oriente e pela doutrina e carácter pastoral, mais a Ocidente.

Manifestaram, também, na sua grande maioria, acção de graças a Deus pelo que ia acontecendo no campo da liberdade e do reconhecimento da dignidade humana dos

* Conferência proferida no Auditório de Cedofeita a 21 de Março de 1992 a convite da Fundação Spes e da Faculdade de Teologia da UCP — Porto.

seus inalienáveis direiros, bem como pelo respeito crescente pela verdadeira identidade histórica e cultural dos povos até então ferreamente subjugados.

Por fim, descobre-se nessas numerosas intervenções uma forte consciência das grandes exigências que a evangelização da Europa apresenta à Igreja.

Na Declaração Final transparece bastante bem toda esta actividade realizada na aula sinodal em clima da maior paz e da mais viva esperança e, igualmente, os sentimentos que a animaram constantemente.

No seu discurso conclusivo dos trabalhos sinodais o Santo Padre lembrou o caminho andado desde o mosteiro de Velehrad até aquele dia, exprimiu a sua intensa alegria e agradeceu a colaboração prestada pela Assembleia para a definição do serviço eclesial a realizar na construção de uma nova Europa.

Olhando mais pormenorizadamente o conteúdo dessas intervenções dos padres sinodais durante aqueles dias, pode verificar-se que a sua atenção e preocupação incidiram particularmente sobre os seguintes aspectos:

- 1 — O reconhecimento da realidade europeia, tanto no aspecto histórico, político, social, económico e cultural, como nos aspectos religioso e ecuménico.
- 2 — A procura, à luz da fé, do significado daquilo que estava a acontecer em todas as áreas da Europa.
- 3 — A detecção das interpelações dos homens e de Deus lançadas às Igrejas, para que colaborem nos esforços para fazer surgir das ruínas uma nova Europa mais de acordo com as suas raízes e identidade cristãs.
- 4 — O aprofundamento da experiência de comunhão eclesial entre os pastores pela partilha do testemunho de fidelidade à fé e ao ministério episcopal; pelo diálogo fraterno sobre as preocupações e alegrias pastorais; pela permuta de dons entre as várias Igrejas e em serviço de complementaridade; pela experiência da oração comum; pela ajuda na definição da resposta aos desafios dirigidos a toda a Igreja do Oriente, como do Ocidente.

Houve, portanto, fidelidade aos objectivos formulados pelo Santo Padre para o Sínodo Especial.

Acrescento, desde já, que nesta perspectiva o Sínodo realizou o que se propunha.

Como se diz na Declaração Final, esta Assembleia do Sínodo não queria ser senão um primeiro passo e esse foi dado e com agrado para todos, embora se saiba restar um grande caminho a percorrer.

Depois desta visão muito sumária dos trabalhos sinodais e porque haverá tempo para o diálogo entre nós, passo a apontar algumas das interpelações maiores que emergiram do Sínodo dirigidas à Igreja tanto a Ocidente como a Oriente.

Em primeiro lugar sobressai a que se refere à relação da igreja com o mundo Europeu.

Todo o Sínodo foi uma chamada de atenção constante, para que a Igreja esteja atenta, interessada e compreensiva diante da Europa.

Que manifeste vontade decidida de a conhecer e amar na sua realidade complexa e instável.

Que não se limite, portanto, a assistir e a verificar os acontecimentos, a alegrar-se e a entristecer-se com eles, mas que participe na acção, segundo a sua missão específica, que colabore, que complete e se integre no esforço geral, tantas vezes a processar-se por meras tentativas.

Que a Igreja não fique somente na formulação dos grandes princípios doutrinais abstractos, mas que ajude a promover a sua tradução em compromissos e actuações concretos.

Claro que, por Igreja, se entende aqui todo o Povo de Deus e não apenas os seus pastores, embora a estes incumba a maior responsabilidade.

Nesta sequência de ideias revelou-se urgente o aprofundamento daquilo que o Concílio Vaticano II nos diz acerca da missão da Igreja no mundo contemporâneo, na Constituição «Gaudium et Spes», bem como toda a doutrina das grandes encíclicas sociais dos Papas João XXIII, Paulo VI e João Paulo II.

Há aqui um vasto trabalho a realizar!

Esta atitude da Igreja, ao mesmo tempo maternal e fraterna, para com o mundo, aparece tremendamente exigente.

Pede ela às Igrejas que não cedam à tentação de querer restaurar situações ultrapassadas, defensoras de privilégios na ordem social e mesmo económica.

Esta atitude exige às Igrejas que, satisfeitos os seus direitos fundamentais, que facilitem a realização da sua missão evangelizadora, se apresente como as primícias de uma nova humanidade com a agilidade do espírito das bem-aventuranças.

Esta atitude exige às Igrejas que manifestem com toda a clareza e vigor que a sua força e esperança estão, unicamente, no Senhor e no Seu Espírito, que transformam a face da terra.

A segunda interpelação lançada por este Sínodo e contida no capítulo II da Declaração Final, na sequência, aliás, do Concílio e de outras assembleias eclesiais, refere-se à evangelização.

Por toda a Europa, tanto a Ocidente como a Oriente, há hoje vastas zonas que dão sinais de nunca terem sido evangelizadas.

No Oriente fica a dever-se esta situação à acção, oficialmente imposta, do ateísmo de Estado. No Ocidente explica-se pela influência discreta e delectória do secularismo imunizador das consciências perante a fé.

Numa Europa assim só com a novidade e sedução da primeira evangelização, como foi a dos Apóstolos, é que se irá implantando a Igreja como começo do Reino de Deus.

A esta evangelização chama-se, hoje, nova evangelização, por anunciar a Boa Nova da Salvação de forma simples, interpeladora, incidindo no fundamental e acompanhada sempre do testemunho vivo e evangélico dos fiéis e das comunidades.

Concluiu-se que a Europa está à espera de verdadeiros apóstolos da Boa Nova da Salvação, que anunciem, antes de mais nada, o kérigma evangélico com a fortaleza e sabedoria do Espírito de Deus. Ficou a convicção de que se tem de valorizar muitíssimo mais a caminhada catecumenal da iniciação cristã, se queremos ter baptizados e comunidades eclesiais verdadeiramente evangélicos e missionários.

As próprias seitas, à sua maneira, é para aqui que apontam com o recurso à iniciação nos seus próprios ritos e tradições e com a experiência sensível da fraternidade procurada.

Neste contexto os pequenos grupos ou pequenas comunidades têm um lugar certo e urgente, pela riqueza na compreensão da fé, que proporcionam, pela partilha fraterna de sentimentos e experiências e pelo estímulo à acção testemunhal, que possibilitam.

Muitos dos padres sinodais sublinharam com vigor a necessidade urgente deste trabalho de verdadeira iniciação cristã na fidelidade ao espírito da autêntica tradição da Igreja, sem cair em extremismos.

Mais, apareceu claramente que no trabalho das comunidades paroquiais há que empreender um grande esforço por as dotar deste serviço pastoral.

Há que trabalhar para garantir que todos os cristãos descubram, pela inteligência e pela experiência de vida a alegria do kerigma cristão, o que hoje muitas vezes não acontece. Só depois desta descoberta seriam introduzidos no alargamento dos conhecimentos da fé e noutras vivências cristãs.

Todos podemos verificar que, na maioria dos casos, falta ao Povo de Deus a primeira experiência feliz do fundamental da fé cristã que suporta todas as posteriores aquisições na vocação e missão cristãs. Passa-se demasiado depressa para a fase catequética e eucarística...

Urge valorizar a sábia e antiga orientação da Igreja, retomada pelo Concílio e proposta, de forma bem explícita, no ritual da iniciação cristã dos adultos.

Não podia concluir estas ideias sobre a evangelização sem uma referência muito clara ao apostolado organizado dos leigos. Ele é uma maneira, já provada, de proporcionar, não apenas a formação doutrinal adequada dos leigos, mas também de os incentivar e amparar na sua acção apostólica concreta.

De entre todos os organismos de apostolado laical merece uma menção particular a Acção Católica, como diz o Concílio, pela sua natureza, história, articulação com a Hierarquia, método e objectivos na missão.

A *terceira interpelação* descubro-a na formação de agentes para a evangelização.

Várias foram as insistências neste tema e a Declaração Final também o refere claramente.

Há que formar os missionários evangelizadores da Europa deste tempo e do próximo milénio.

Formação aqui envolve não apenas a comunicação de conhecimentos acerca da mensagem cristã, sempre indispensáveis, mas envolve, também, a formação do homem orante e contemplativo, do homem conformado em sua conduta com os critérios de Cristo, inclui a formação do homem comunicador ao próximo, na comunidade cristã ou fora dela, da riqueza que Deus por Cristo e pela Igreja lhe transmitiu.

É um trabalho longo, lento e progressivo.

Só com gerações novas de evangelizadores se fará uma nova evangelização, é hoje um dado adquirido.

Em mundo tão batido pelo materialismo, pelo secularismo, pelo agnosticismo e cepticismo é tarefa difícil formar anunciadores do Evangelho, mensagem que, em tal contexto, aparece como verdadeira loucura.

Têm lugar neste trabalho todos os serviços de formação cristã, que garantam, deixai-me repetir, não apenas o esclarecimento teórico acerca da fé, mas garantam igualmente a conformação da conduta pessoal dos cristãos aos critérios do Evangelho e preparem, com lucidez, cada um para assumir os seus compromissos na edificação e na renovação da sociedade à luz do Evangelho.

É oportuno lembrar, aqui, que o cristão militante se forma militando, no seu íntimo, na comunidade eclesial em que está integrado e nas estruturas sociais onde vive e trabalha.

A *quarta interpelação* diz respeito à magnitude e urgência da tarefa ecuménica e informa boa parte do capítulo III da Declaração Final.

A evangelização da Europa não é somente trabalho para a Igreja Católica é também para as outras Igrejas cristãs.

Mas como promovê-la em corresponsabilidade se há desconhecimento mútuo, se muitas vezes não se amam, se estão divididas?

As divisões hostis entre os cristãos, são um tremendo escândalo, para quem olha a Igreja de Cristo.

A comunhão na mesma fé e na fraternidade cristã é tarefa difícilíssima, quando há tantos séculos de ignorância e afastamento entre as Igrejas; quando há tantas experiências na história, profundamente frustrantes.

Apesar das dificuldades enormes que existem e não podemos iludi-las, a evangelização da Europa não pode deixar de exigir o testemunho da fraternidade dos cristãos e da sua unidade, ao menos no fundamental da fé, na diversidade das confissões.

Mas como chegar lá?

Apesar da ausência de alguns delegados de Igrejas Ortodoxas do Oriente na área do Patriarcado de Moscovo, a experiência ecuménica vivida no Sínodo com a presença e participação dos Delegados Fraternos, assim designados pela primeira vez, foi de uma extraordinária riqueza e de um eloquente significado. A celebração ecuménica na basílica de S. Pedro, presidida pelo Papa e com a participação de todos os Delegados Fraternos, ficará para sempre como um dos grandes momentos deste Sínodo.

Como tornar universal este espírito e esta comunhão, ali vividos, eis o grande desafio às Igrejas.

O Espírito de Deus e o Diálogo humilde, evangélico, corajoso e persistente, segundo a bela encíclica de Paulo VI, «*Ecclesiam Suam*» tornarão possível o que nos parece a nós irrealizável.

A *quinta interpelação* que este Sínodo lançou e sublinho aqui, para terminar, diz respeito às relações simples, fraternas e compreensíveis a intensificar efectivamente entre as comunidades diocesanas e seus pastores, como sinal da verdadeira Igreja de Jesus Cristo.

Há, com efeito, significativas distâncias entre as Igrejas Particulares. Há muitos isolamentos mesmo dentro dessas igrejas.

E, no entanto, Cristo quis a Sua Igreja como sinal maior da comunhão, da solidariedade e da fraternidade.

Não é, por aqui, que o Concílio define a Igreja como sacramento da unidade? Que caminho a fazer para atingir este objectivo em toda a Europa!

Já se deram grandes passos, é certo, mas muitos outros esperam a sua oportunidade.

O Sínodo Especial foi um deles.

Que o Espírito de Deus nos motive e fortaleça para novos aperfeiçoamentos.

Isto, evidentemente, exigirá que as Igrejas da Europa procedam a um trabalho profundo de revisão com o objectivo de uma maior simplicidade e fraternidade nas relações «ad intra e ad extra» da sua própria realidade.

Isto exige que os aspectos organizativos e administrativos não entrem o fluir fraterno da vida e do testemunho dos irmãos.

É muito difícil chegar aqui quando a história e a cultura cavaram distanciamentos ou enraizaram outros costumes.

A Deus nada é impossível, porém, quando o coração do discípulo de Cristo é crente e disponível.

Que a troca de dons entre as Igrejas, como diz o Sínodo, se intensifique.

Todas as Igrejas têm muito a dar e a receber.

Um as oferecerão o seu testemunho de fidelidade à fé cristã até à prisão e ao martírio com o derramamento do sangue, outras oferecerão a sua paciência em serviço humilde do Evangelho, em meio afastado de Deus e seduzido pelo materialismo prático.

Um as oferecerão a sua longa e profunda reflexão sobre a fé, outras a sua silenciosa meditação sobre a mensagem e testemunho de Cristo.

Um as oferecerão os dons materiais abundantes que possuem e servem a fé, outras a sua manifestação do espírito de pobreza evangélica.

Há sempre tanto a dar e a receber nas Igrejas!

Continuando a contar com a vossa benevolência acrescentarei agora algumas breves reflexões e exigências deste Sínodo dos Bispos às Igrejas Particulares de Portugal.

Salta-me imediatamente aos olhos a importância e necessidade de uma corajosa e apoiada evangelização e um esforço devidamente programado para a formação de agentes evangelizadores.

Estando, embora, num País de forte tradição cristã, é imperioso reconhecer a crescente perda de influência na sociedade portuguesa dos valores e critérios cristãos.

Fica-se, por isso, com a impressão de que neste País cristão, o que domina é outra escala de valores estranhos ao evangelho.

Impõe-se, por isso, por amor à pessoa humana, à nossa veneranda tradição cristã e às exigências da missão, que se intensifique a acção evangelizadora da Igreja e o trabalho pela formação séria de animadores desta acção missionária.

Graças a Deus não partimos do nada, uma vez que nos últimos anos se fez um grande esforço neste sentido, correspondendo aos apelos dos Bispos nas suas últimas cartas pastorais e até ao pedido do Santo Padre quando falou ao Episcopado em Fátima.

No entanto, é preciso ir mais longe promovendo a formação cristã, coordenando-a, dando-lhe qualidade e dotando-a dos meios necessários.

Que o esforço pela renovação das dioceses, das paróquias e dos movimentos de apostolado laical continuem sem desfalecimento, entre nós.

Penso que fazendo-se este aprofundamento do conhecimento e da acção cristã ficará garantida mais facilmente uma correcta relação da Igreja com o Mundo, da Igreja com a Sociedade Portuguesa.

Quanto ao trabalho ecuménico, em Portugal, urge continuá-lo, aprofundando-o e dando-lhe maior qualidade, ultrapassando-se, de vez, o tempo das querelas, das desconfianças e do isolamento e entrando na fase fraterna, transparente e evangélica. Isto de parte a parte.

No que diz respeito às relações entre as igrejas particulares católicas interessa intensificá-las e explicitá-las em atitudes e gestos densos de fraternidade e de verdadeira comunhão eclesial.

Vou concluir.

Estes foram os aspectos que mais me impressionaram na minha experiência e leitura do último Sínodo. Outros podiam ser ainda sublinhados, não o faço para vos não fadigar excessivamente.

Que o diálogo subsequente, a estabelecer nesta noite, nos ajude a aprofundar a compreensão deste grande acontecimento da vida da Igreja do nosso tempo.

† JOÃO ALVES
Bispo de Coimbra

Bibliografia

BERNARDO DOMINGUES, O.P. — *Introdução à psicologia*. Porto: Associação Estudantes de Faculdade de Teologia, 1992. 250 p.; I.D., *Psicologia. Perspectivas*, 3.^a ed. ampliada. Porto: Associação Estudantes de Faculdade de Teologia, 1992. 462 p.

Surgem agora mais duas obras de Fr. Bernardo Domingues, O.P., na sequência de um trabalho que, como o próprio afirma, teve o seu início no Curso Superior de Teologia do Centro de Cultura Católica e que, acrescentamos nós, tem vindo a revelar-se fecundo no campo da divulgação do saber psicológico.

De facto, ao longo dos últimos 15 anos, quer a obra escrita, quer a actividade docente protagonizada por Fr. Bernardo tem contribuído para retirar a psicologia do secretismo que não raro se lhe atribui, alargando os destinatários a quem o saber psicológico se pode converter num instrumento útil: para a sua actividade profissional (no âmbito da educação, da saúde, da pastoral, etc.), para obterem de si mesmos e do que os rodeia um conhecimento mais aprofundado ou, simplesmente, para os que olham a psicologia numa óptica de enriquecimento cultural.

Qualquer um destes livros reúne conteúdos suficientemente diversificados para corresponderem aos objectivos acima enunciados, sendo frequente o recurso a disciplinas tão variadas como a biologia, a sociologia ou a filosofia, num cruzamento de saberes que é espelho de uma perspectiva globalizante que o autor possui da psicologia. É certo que uma perspectiva tão vasta do saber psicológico acarreta, naturalmente, o risco de por vezes perder a delimitação do objecto em análise. Tal é, no entanto, compensado pela clareza da exposição, tornando o texto acessível aos leitores (decerto a maioria não especializados nestes domínios).

Apenas um reparo: a ausência de bibliografia que permita ao leitor mais interessado aprofundar determinados temas de sua especial preferência.

ANTÓNIO M. FONSECA

COSTA, M.^a Emília — *Contextos sociais de vida e desenvolvimento da identidade*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1991. 446 p.

Esta obra corresponde a um estudo no domínio do desenvolvimento psicológico e destinou-se à prestação de provas de doutoramento em Psicologia, realizado no